



25 ANOS

InfoSNESup 242

Newsletter NOVEMBRO de 2015 - 2ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

NOVO MINISTÉRIO - ABRIR CAMINHO

OS RISCOS DA "PRIVATIZAÇÃO"
DO FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

GREVE IPTOMAR

UMINHO NEGOCIAÇÃO ACEEP

SNESup REÚNE COM DIRETOR DA FCT/UNL

RAD-FBAUP EM AUDIÇÃO SINDICAL

PROTOCOLOS - SEGURO DE SAÚDE MULTICARE 2016

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

NOVO MINISTÉRIO - ABRIR CAMINHO

Estamos ainda na fase de expectativa relativamente àquilo que será a concretização política para o Ensino Superior e Ciência do XXI Governo. A separação num ministério próprio é positiva, pelo que endereçamos aos colegas Manuel Heitor (Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e Maria Fernanda Rollo (Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) as nossas felicitações. Agora é tempo de nos centrarmos nos problemas. O Manifesto "[O conhecimento como futuro](#)" permite perceber o enquadramento das políticas defendidas pela equipa que está agora à frente do Ministério. Outra publicação com relevo para a definição de políticas é o livro "[40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior](#)", cujo lançamento permitiu um debate interessante sobre as políticas necessárias ao Ensino Superior e Ciência. Nestes fóruns foi possível verificar a partilha de pontos comuns com o que tem sido apresentado pelo SNESup, nomeadamente a necessidade de resolver os problemas da precariedade, da recuperação do financiamento e do investimento, bem como a situação do ensino superior privado. Premente é, também, tal como já percebemos da própria equipa do ministério, a resolução da questão da avaliação da FCT às unidades de investigação e desenvolvimento, que tantos prejuízos trouxe, e que, esperamos, possa agora ser finalmente corrigida.

Como habitualmente, esperamos reunir em breve com a nova equipa ministerial, para apresentar um conjunto de medidas legislativas que permitam corrigir no imediato alguns dos problemas que se arrastam há demasiado tempo.

2

OS RISCOS DA "PRIVATIZAÇÃO" DO FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Na última semana de Novembro foi publicado o relatório anual "Education at a Glance" da OCDE referente a 2015. Neste relatório de comparação do estado da educação em 34 países da OCDE destaca-se que, em 2014, a percentagem de jovens adultos (entre os 25 e os 34 anos) que completou um curso de ensino superior em Portugal é bastante reduzida (apenas 31% por comparação com os 41% na média na OCDE). Não obstante, também se assinala neste relatório que Portugal foi um dos países que mais significativamente reduziu a despesa pública no setor da educação a partir de 2010.

A este propósito, note-se que é ao nível do ensino superior que as fontes de financiamento privadas assumem maior expressividade (30% em média nos países da OCDE), verificando-se que em Portugal o recurso a fundos privados é particularmente acentuado (cerca de 45%). Assim, o nosso país destaca-se por ser um daqueles em que o financiamento privado do ensino superior mais cresceu desde o ano de 2000, ou seja, no qual são sobretudo os valores pagos em propinas e as receitas de I&D e outras angariadas pelas universidades e politécnicos que têm vindo a assegurar cada vez mais o financiamento deste nível de ensino.

Para uma grande parte dos responsáveis políticos, esta tendência é positiva e deve ser ainda mais acentuada. A opção pela passagem das universidades para o regime

fundacional que tem vindo a ser adotada em Portugal enquadra-se nesta leitura de que as instituições de ensino superior devem procurar autonomamente o seu financiamento, dependendo cada vez menos quer dos montantes transferidos pelo Orçamento de Estado quer das regras de financiamento estabelecidas pelos governos nacionais. Este cenário deve preocupar-nos a todos.

Como podem os orçamentos das instituições de ensino superior estar tão dependentes dos valores das propinas considerando que as famílias em Portugal têm rendimentos médios muito reduzidos e fracos apoios sociais? Não correremos sérios riscos de agravar as desigualdades sociais de acesso e sucesso educativo que são já tão acentuadas no nosso país? Que implicações e condicionamentos decorrem do peso cada vez mais significativo do financiamento privado das instituições de ensino superior? Não correremos sérios riscos de comprometer alguns dos importantes contributos das universidades e politécnicos enquanto espaços livres e autónomos de pensamento crítico e criativo?

GREVE IPTOMAR

Cumpriu-se e terminou no dia 30 de novembro a semana de greve do curso de Fotografia do IPTomar. Apesar das reuniões de negociação mantidas durante a mesma não foi ainda possível chegar a acordo entre os docentes envolvidos e os principais órgãos de decisão da instituição. As razões apontadas para a rutura nas negociações passam pelo vazio criado em torno de duas UC's do 1º semestre, mantendo-se o afastamento dos seus docentes, o mais antigo dos quais com 13 anos de serviço.

3

Uma das situações mais gravosa e complicada, que criou mais indignação foi criada pelo Presidente do Conselho Técnico-Científico, ao propor rebaixar a categoria de um colega. Era previsível que este gesto tivesse consequências, tomado como incompreensível pela comunidade da área e resultando num prejuízo para o curso já marcado pela precariedade dos docentes, com faltas na manutenção dos equipamentos e renovação dos meios. Da mais de uma dezena de membros do Científico da Escola de Tecnologia nenhum tem como formação de base em Fotografia, pelo que seria de esperar que procurassem ouvir os colegas da área. O Departamento, onde têm assento os colegas de carreira com formação de base na área (e são vários) é composto por mais de uma dezena de colegas da área das Artes e mobilizou-se de forma unânime procurando que fosse efetivada a contratação nos mesmos moldes dos últimos 13 anos, procurando uma defesa da qualidade do curso. Infelizmente, entre a má influência de quem pensou o "castigo" (parecendo querer o pior para o curso), a falta de informação e esclarecimento, conduziram às piores consequências. Gerir uma escola com a ideia de que todos são facilmente substituíveis impondo castigos e punições como na antiga escola primária, ou na fábrica, liga pouco com o que deve ser uma instituição de ensino superior.

A atitude negocial do Presidente do Politécnico assumiu-se com empenho em encontrar uma solução. Todavia existem ainda outros obstáculos para se poder finalmente resolver os problemas e regressar à normalidade. Perder um curso reconhecido internacionalmente não é certamente o melhor para a instituição. É uma

questão de discernimento. Infelizmente, as soluções demonstraram-se escassas e os prejuízos demasiado elevados. No final a instituição pode vir a ter um pequeno curso técnico-profissional regional, com as correspondentes limitações.

Da parte dos alunos assiste-se a um conjunto de iniciativas que transmitem a sua natural revolta, depois de um semestre completo sem aulas na área das Tecnologias e Processos, sendo as principais vítimas desta situação.

Esta questão remete para a necessidade de rever profundamente a gestão das instituições e as suas lógicas de funcionamento. A gestão de talento não pode estar entregue a quem não o preserva, ou consegue estimular. São dificuldades estruturais de um país que se manteve demasiado tempo num modelo de baixa qualificação, com a conseqüente alta rotação de mão-de-obra e acumulação de enormes desigualdades. Tratar colegas e gerir instituições numa lógica menor prejudica o ensino superior e o país. Há aqui muita matéria para refletir sobre o que é a textura de muitas das nossas instituições de ensino superior e ciência.

UMINHO - NEGOCIAÇÃO ACEEP

A Direção do SNESup reuniu no passado dia 1 de dezembro com equipa da Reitoria da Universidade do Minho para negociação de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública. O objetivo foi introduzir no [documento um conjunto de alterações](#), tendo em vista a sua adequação à realidade da docência e investigação. Foram estabilizados alguns pontos do acordo, nomeadamente a redação proposta pelo SNESup para a cláusula 7ª, uma nova redação a introduzir que atente na especificidade do ECDESP e ECDU na cláusula 14ª, bem como a proposta de uma nova redação dos prazos que permitam a introdução da cláusula 32ª. Acolhidos estes pontos, estamos certos da possibilidade de se conseguir um acordo.

SNESup REÚNE COM DIRETOR DA FCT/UNL

O SNESUP foi recebido pelo Diretor da FCT/UNL no dia 30 de Novembro para transmitir duas preocupações. A primeira diz respeito ao pagamento devido aos colegas que têm vindo a obter o título de Agregado desde 2011. Tendo em consideração a sentença já existente relativa à UTAD que obriga a esse pagamento e as afirmações anteriores dos Reitores das várias universidades de que pagariam assim que existisse uma decisão judicial sobre esta matéria, consideramos inaceitável que a situação se mantenha inalterável. O Diretor da FCT/UNL indicou que seriam necessárias outras decisões judiciais para que este pagamento possa ser realizado, devendo as verbas encontrar-se previstas no Orçamento de Estado, o que ainda não sucedeu. Trata-se de uma situação lamentável, tendo em conta o anterior compromisso dos Reitores de que o pagamento devido pelo título de agregado seria realizado assim que existisse uma decisão jurídica nesse sentido.

A segunda preocupação relaciona-se com a passagem da UNL para o regime fundacional. Pela parte do SNESUP pretende-se alertar para que esse regime tem

estado a permitir, nas universidades que já beneficiam dele, a contratação de grande número de docentes e investigadores com vínculos precários, prejudicando a qualidade do trabalho que desenvolvem e a coesão organizacional destas instituições. Se ao regime fundacional são reconhecidas, pelos responsáveis de instituições universitárias, vantagens relacionadas com a flexibilização da gestão de verbas, importa acautelar os efeitos nefastos que as mesmas têm vindo a significar para a contratação de novos docentes e investigadores em condições de trabalho totalmente indignas. O Diretor da FCT/UNL manifestou alguma surpresa com este tipo de situações que considerou que deveriam ser acauteladas nos estatutos que vierem a regulamentar o regime fundacional.

RAD-FBAUP EM AUDIÇÃO SINDICAL

O SNESup recebeu a proposta de [Regulamento de Avaliação de Desempenho da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto](#) . O documento encontra-se agora em análise, pelo que solicitamos aos colegas que possam enviar-nos os seus comentários e contributos para o endereço habitual snesup@snesup.pt. Em breve daremos contas das nossas propostas de alteração.

PROTOCOLOS - SEGURO DE SAÚDE MULTICARE 2016

Da negociação para a atualização dos prémios e coberturas para 2016 do Seguro de Saúde Grupo Multicare de que os Docentes e Investigadores associados do SNESup beneficiam, resultou a manutenção dos prémios e ainda a alteração da idade limite de permanência para os Cônjuges dos 65 para os 70 e dos Filhos dos 25 para os 30, mediante o pagamento do Prémio igual ao de Cônjuge a partir dos 25 anos.

Lembramos que este seguro, permite aos associados, sem encargos, ter acesso a assistência hospitalar em internamentos superiores a 24 horas. Devem, para o efeito, preencher o formulário de adesão e questionário clínico, ficando com uma cobertura de 10.000 Euros para hospitalização e 1.500 Euros para parto.

Os associados podem, através deste seguro, subscrever mais coberturas (Ambulatório e Medicamentos) cujo prémio anual é de 288,52 Euros (atualizado anualmente) que pode ser fracionado. As coberturas podem ser alargadas ao agregado familiar. Encontra [aqui informação detalhada](#) sobre as condições deste Seguro de Saúde Grupo

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Despacho n.º 14472/2015 – D.R.n.º 238/2015, Série II de 2015-12-04](#)

- Universidade de Lisboa - Reitoria

Aprova o Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

[Despacho n.º 14367/2015 – D.R. n.º 237/2015, Série II de 2015-12-03](#)

- Universidade dos Açores - Reitoria

Regulamento do Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em e-Saúde da Universidade dos Açores

[Despacho n.º 14295/2015 - D.R. n.º 236/2015, Série II de 2015-12-02](#)

- Universidade dos Açores - Reitoria

Regulamento do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores

[Despacho n.º 14294/2015 - D.R. n.º 236/2015, Série II de 2015-12-02](#)

- Universidade dos Açores - Reitoria

Regulamento do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores

[Despacho n.º 14253/2015 - D.R. n.º 236/2015, Série II de 2015-12-02](#)

- Ministérios da Saúde e da Educação e Ciência - Gabinetes do Ministro da Saúde e do Secretário de Estado do Ensino Superior e da Ciência

Homologa o protocolo celebrado entre o Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto e o Centro Hospitalar do Porto, EPE ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 206/2004, de 19 de agosto, e designa a respetiva comissão mista

[Regulamento n.º 833/2015 - D.R. n.º 236/2015, Série II de 2015-12-02](#)

- MAIÊUTICA - Cooperativa de Ensino Superior, C. R. L.

Publicação do Regulamento de Creditação de Competências Académicas, Experiências Profissionais e Outra Formação

6

[Despacho n.º 14073/2015 - D.R. n.º 234/2015, Série II de 2015-11-30](#)

- Universidade de Lisboa - Reitoria

Aprova o Regulamento Geral de Prestação de Serviço dos Docentes da Universidade de Lisboa

[Regulamento n.º 801/2015 – D.R. n.º 229/2015, Série II de 2015-11-23](#)

- Cofac - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L.

Publicação do Regulamento de Creditação da Universidade Lusófona do Porto

EVENTOS

CALL FOR PAPERS/ABSTRACTS

EEM2016 - 13th International Conference on the European Energy Market

6 a 9 de junho de 2016, FEUP/INESC TEC, Porto.

Data limite: 10 dezembro

[Saiba mais aqui](#)

3rd International Conference on Project Evaluation

16 e 17 junho de 2016, Universidade do Minho, Guimarães

Data limite: 15 dezembro

[Saiba mais aqui](#)

5º Congresso Internacional EFCAP - “Mental health needs of young offenders and victims: Assessment, intervention and legal issues”

11 a 13 de maio de 2016, Porto

Data limite: 15 janeiro de 2016

[Saiba mais aqui](#)

OUTROS EVENTOS

“A legislação que temos e o território que queremos. O novo quadro legal da política de solo, ordenamento do território e urbanismo em análise”.

4 de dezembro, Leiria, Teatro Miguel Franco

[Saiba mais aqui](#)

“Literacia da informação em contexto universitário”, Ciclo de Seminários BAD

11 de dezembro, Porto, Universidade Portucalense.

[Saiba mais aqui](#)

Primeiro Encontro da secção "Sociologia do Direito e da Justiça" da APS

8 e 9 de janeiro de 2016, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

[Saiba mais aqui](#)

Conferência Internacional “A educação comparada para além dos números – contextos locais, realidades nacionais e processos transnacionais”

25 a 27 de janeiro de 2016, Universidade Lusófona, Lisboa

[Saiba mais aqui](#)

Energy Economics Iberian Conference, EEIC | CIEE

4 a 5 de fevereiro de 2016, Lisboa - ISEL, ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e Universidade de Aveiro

[Saiba mais aqui](#)

Undisciplined Environments - International Conference of the European Network of Political Ecology (ENTITLE)

20 a 23 março de 2016, Estocolmo

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Av. 5 de Outubro, 104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - snesup@snesup.pt

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º - 4100-357 PORTO - Telefone 225 430 542 - snesup.porto@snesup.pt

Rua do Teodoro, 8 - 3030-173 COIMBRA - Telefone 239 781 920 - snesup.coimbra@snesup.pt

The logo for SNESup features the text "SNESup" in a serif font, with a blue square graphic element to the right of the text. The background of the logo area consists of a pattern of overlapping light blue and white geometric shapes, primarily triangles and squares.